

RELAÇÕES ENTRE MANTENEDORA E ESCOLA: a rede cenecista e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS (1980-2007)

RELATIONS BETWEEN SUPPORTING INSTITUTION AND SCHOOL: the “cenecista” network and the Santa Luzia School in Gravataí/RS (1980-2007)

Ariane dos Reis Duarte¹

RESUMO: Este texto é um recorte de um estudo mais amplo, cujo objetivo era compreender as relações entre o Colégio Santa Luzia e sua mantenedora, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Nesse recorte tem-se por objetivo identificar as representações sobre o processo de rompimento entre ambas, compreender as causas que levaram a este desligamento e os movimentos feitos para impedir o fechamento da escola. Os procedimentos metodológicos concentraram-se na História Oral. As memórias dos entrevistados foram analisadas à luz de conceitos como *memória coletiva, representação* e outros. Entre outras coisas, constatou-se que, a partir da década de 1980, a rede cenecista precisou reformular-se, iniciando, assim, um processo de fechamento de várias de suas escolas.

Palavras-chave: História Oral. Memória. Instituições.

ABSTRACT: This text is a sample of a wider research project, which had the objective of understanding the relationship between the Santa Luzia School in de Gravataí and its supporting institution, the “Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC” (National Campaign of Community Schools). The sample aims at identifying the representations about the process of rupture between them, understanding the reasons that led to this breakup, and the actions taken to prevent the school’s shutdown. The article’s methodological procedure focuses on Oral History. The memories of the people interviewed were analyzed using the concepts collective memory, representation and others. Among other things, it was found that since the 1980s CNEC’s network needed to reformulate itself and, for this reason, began to shut down several of its schools.

Keywords: Oral History. Memory. Institutions.

1 INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado é um recorte de uma pesquisa mais ampla, que tratou de uma instituição de ensino do interior do município de Gravataí/RS, o Colégio Santa Luzia, fundado em 1968 pelo pároco da comunidade. O foco do referido estudo foi tratar das relações entre mantenedora – no caso a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC – e escola, desde a sua fundação até o rompimento por parte da CNEC em 2007. A pesquisa problematizou as produções discursivas em torno da mantenedora e de seu fundador

Felipe Tiago Gomes e como estes discursos influenciaram as ações de apoio e dedicação dos professores em relação à escola.

Neste recorte, sob a perspectiva teórico-metodológica da História Cultural e da História Oral, é abordado o momento de rompimento entre mantenedora e escola. Assim, tem como objetivo identificar as representações sobre este processo, bem como compreender as causas que levaram a este desligamento e os movimentos feitos para impedir o fechamento da escola.

O texto está estruturado em três seções: a primeira contempla questões teórico-metodológicas; a segun-

¹ Graduada em História, Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora de Ensino Fundamental e Médio na rede privada de ensino.

da traz um breve histórico do Colégio Santa Luzia e sua mantenedora; e, por fim, a última discute as representações e práticas em torno do momento de rompimento com a mantenedora e as ações feitas para impedir o fechamento da escola.

2 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Os aportes metodológicos do estudo concentram-se na História Oral. Dessa forma, foram feitas entrevistas com membros da direção da escola, cujas narrativas possibilitaram a construção de uma história para esta instituição. É importante frisar que tal escolha não se dá pelo fato de que estes sujeitos exerceram cargos diretivos. Toda pesquisa exige escolhas e, para este trabalho, esta foi uma das opções viáveis.

Embora membros da direção, todos os entrevistados foram professores da escola em diferentes momentos. Nesse sentido, o estudo não teve intenção de priorizar as falas destes sujeitos pelos cargos que exerceram. Trata-se de sujeitos *infames*² que, ao construir suas narrativas, dão a sua versão sobre o passado. Esses diretores são “ilustres desconhecidos”, mas com suas ações, determinaram em grande parte os rumos de uma escola. Assim, com eles, contou-se uma história.

Amado (1995) diz que “toda narrativa apresenta uma versão, um ponto de vista sobre algo [...] ‘Importa a versão, não o fato’ [...]”. Assim, neste estudo, são problematizadas as representações das memórias destes sujeitos, que produzem suas versões sobre a escola.

Quadro 1: Relação de entrevistados

Entrevistado	Formação	Período de trabalho na escola	Tempo da entrevista
José Moacir Schreiber	Letras/Inglês	Direção/docência: 1973-1994	98 min
Êrica Eni Frölich	Letras	Docência: 1991-1995 Direção: 1995-2002	68 min
Hilda Luzia Nascimento	Pedagogia	Docência: 1985-2002 Vice-direção: 2002-2014	43 min
César Valmor Aguiar	Letras	Docência/supervisão: 1990-2002 Direção: 2002-2014	67 min

Fonte: A autora (2016)

A História Oral pressupõe que as memórias que emergem destas narrativas sejam entendidas como documentos. Barros (2004) diz que, ao longo da segunda metade do século XX, as discussões e problematizações em torno da história oral possibilitaram a legitimação das narrativas orais como documentos históricos:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim, não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (POLLAK, 1992, p. 207).

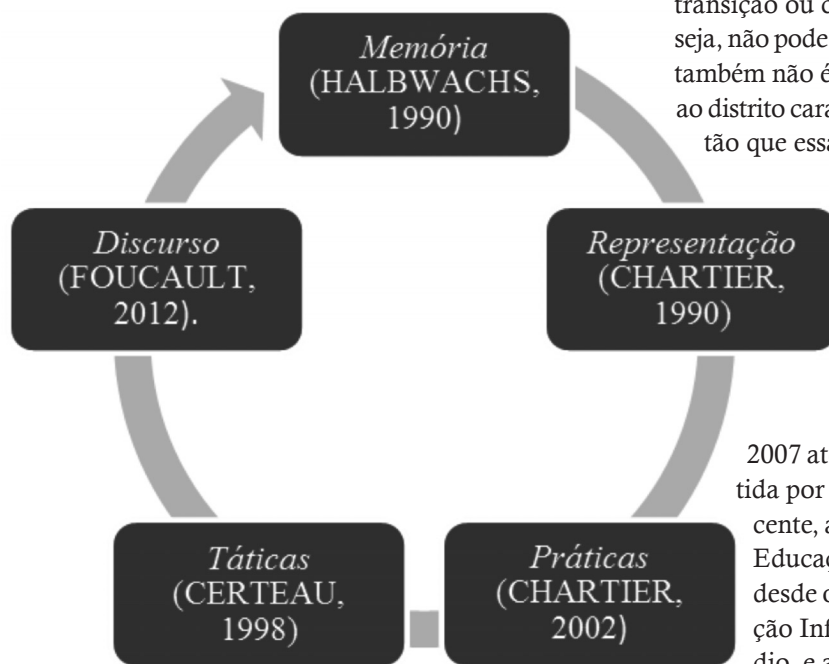
Sendo a história uma produção, fazê-la a partir de memórias é um meio absolutamente viável, e cabe ao historiador fazer o exercício de crítica e relativização. A fala do entrevistado não está pronta por si só, tampouco pode ser considerada como portadora de verdades absolutas. O que não significa que a veracidade dos fatos não seja pensada: significa, sim, construir um “discurso de verdade, construindo uma relação, que busca ser controlável com o que se estabelece com seu referente, no caso a ‘realidade’ desaparecida” (CHARTIER, 2002, p. 159).

Quanto às questões teóricas, o estudo tem seu referencial teórico voltado para o campo da História Cultural, que tem como pressuposto “[...] a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída [...] Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas” (BURKE, 1992, p. 11).

Os principais conceitos mobilizados foram: *memória* (HALBWACHS, 1990), *representação* (CHARTIER, 1990) *práticas* (CHARTIER, 2002), *táticas* (CERTEAU, 1998) *cultura escolar* (JULIA, 2001) e *discurso* (FOUCAULT, 2012). A figura abaixo sintetiza a forma com a qual os conceitos foram trabalhados.

² Termo foucaultiano. Segundo ele, são “[...] Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão a um poder que mais não quis que aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos [...]” (FOUCAULT, 1992, p. 102).

Figura 1: Esquema conceitual



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Desse modo, as narrativas de memória foram problematizadas e entendidas como uma representação do passado. Essas representações trouxeram à tona práticas e táticas, que, empreendidas em diferentes momentos e circunstâncias, acabaram por constituir uma cultura escolar. Para compreender o empenho do corpo docente para com a escola, o estudo recorreu ao conceito de discurso, entendendo que, na relação entre as escolas cenevistas e a mantenedora, ocorre a construção de uma produção discursiva que pregava o idealismo e a intensa dedicação à causa educacional.

3 COLÉGIO SANTA LUZIA E A CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE: BREVE HISTÓRICO

O Colégio Santa Luzia iniciou seus trabalhos em meados do ano de 1968, no distrito de Morungava, zona rural de Gravataí, município pertencente à região metropolitana de Porto Alegre. O Colégio iniciou seus trabalhos em 1968 e, desta data até o ano de 2007, esteve sob manutenção da CNEG (atual CNEC), entidade surgida no nordeste do país.

Este local pode ser entendido como uma zona de transição ou como um *entre-lugar* (BHABHA, 2013), ou seja, não pode ser considerada como uma zona rural, mas também não é uma zona urbana. Essa condição confere ao distrito características singulares. É possível pensar então que essa condição produz uma série de práticas e características locais: “Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação [...]” (BHABHA, 2013, p. 20).

Desde o rompimento com a CNEC em 2007 até os dias de hoje, a escola vem sendo mantida por uma cooperativa formada pelo corpo docente, a CMEC – Cooperativa Morungavense de Educação e Cultura, que está em funcionamento desde o ano de 2008. A escola contempla Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, e atualmente conta com 250 alunos.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade surgiu em Recife/PE no ano de 1943, momento em que o país passava pelo Estado Novo, regime imposto pelo então presidente Getúlio Vargas, e o mundo vivia os horrores da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente chamava-se “Campanha para o Ginásio Pobre” (CGP) e tinha por objetivo possibilitar o funcionamento de escolas em zonas carentes, que não dispusessem de escolas públicas. A instituição surgiu quando Felipe Tiago Gomes, através da obra *Drama na América Latina*, do escritor estadunidense John Gunther, tomou conhecimento da experiência de Haya de La Torre³ no Peru e passou a mobilizar um grupo de amigos, a fim de criar escolas que atendessem os menos favorecidos:

Os fundadores da Campanha não tiveram dinheiro fácil para estudar. Alguns passaram fome para fazer seu curso ginásial [...] E lhes revoltava ver tantos jovens desejosos de outros horizontes culturais e proibidos de alcançá-los por falta de recursos! Filósofos, sociólogos e outros homens de cultura afirmavam não ser justa tão tremenda desigualdade: os filhos dos ricos podiam libertar-se da ignorância; os pobres estavam condenados a permanecer na infra-estrutura social (GOMES, 1980, p. 12).

Pode-se perceber que, para o idealizador da Campanha, a iniciativa representava uma tentativa de rom-

³ Víctor Raúl Haya de la Torre foi um político peruano. Conforme Gomes (1980), criou escolas de alfabetização para indígenas, nas quais os professores eram estudantes que lecionavam gratuitamente.

per com o cenário autoritário da época. A libertação dos regimes autoritários e a ascensão social dos menos privilegiados seriam conquistadas através da proliferação de escolas. A partir da aceitação da ideia pelo grupo de estudantes, uma série de movimentos foi feita para que a Campanha iniciasse. O primeiro deles é a publicação de um boletim informativo, no qual os jovens idealizadores expunham suas idéias acerca do levante. Abaixo, excerto da fala de Joel Pontes, um dos idealizadores da Campanha:

Nosso ideal é colaborar na formação de uma consciência nacional, ajudando a eclosão de personalidades e inteligências talvez brilhantes que se perdem por falta de solidariedade nossa. Queremos os ginasianos pobres – pequenos empregados, operários, trabalhadores – todos conscientes dos deveres para com essa sociedade e dos seus também. Queremos homens que não vejam somente as notícias de jornal – mas que saibam opinar, que compreendam a influência delas na vida de todos e o que elas representam como evolução do mundo, como vitória do bem e como motivo de vida. Aceitamos de melhor grado do que se recebêssemos dinheiro, colegas animados pelo nosso ideal (GOMES, 1980, p. 19).

Nota-se que a intenção dos jovens é fazer com que a iniciativa seja aceita e reconhecida pela sociedade e, para isso, não poupam esforços e argumentos para ressaltar a importância e a nobreza do levante. A educação dos menos favorecidos era por eles vista como a única alternativa para a transformação da realidade, visão essa compartilhada por vários setores da sociedade. A construção de uma sociedade mais democrática e justa só poderia se dar através da educação. Assim, a criação da Campanha acompanhou uma série de movimentos de massa que viam na difusão do acesso à educação de adultos e crianças o rompimento com os problemas enfrentados pela sociedade:

Essas campanhas de massa desenvolveram-se através de intensa propaganda em favor da difusão do ensino e da criação de escolas para adultos e crianças, mantidas pelas contribuições dos sócios, vendas de selos, festivais e doações. Possuíam uma concepção filantrópica e humanitarista da educação, apoiadas na visão de que a educação era a causa de todos os problemas (SILVA, 2001, p. 98).

Ao longo dos anos, a Campanha seguiu se expandindo e passou a exercer importante papel no cenário educacional da época, onde os índices de analfabe-

tismo eram altos e o número de escolas, insuficiente. Ao longo desse período, Felipe Tiago Gomes seguia fazendo viagens para divulgar a Campanha e tentar estabelecer parcerias com o poder público. No fim da década de 1950, durante o mandato de Juscelino Kubitschek, a Campanha passou a integrar o plano desenvolvimentista do governo. Sarah Kubitschek, primeira dama do país, foi presidente da Campanha por vários anos. A Lei n. 3.557⁴, de maio de 1959, decretava que a Campanha passaria a receber subvenção do Ministério da Educação. O valor foi estipulado conforme o número de turmas das unidades escolares mantidas pela entidade, e à mantenedora cabia enviar documentos ao Ministério da Educação, informando o número de turmas, alunos e séries. O documento deveria ser atestado pelo órgão responsável pelo ensino estadual:

A Campanha foi desenvolvendo as suas atividades na perspectiva do discurso veiculado pelo Estado. A articulação das finalidades e ações da CNEG à política desenvolvimentista pode ser considerada como um fator para a sua expansão, tendo o financiamento do Estado para tal. Desde sua fundação, 1959 é o ano de sua maior expansão, com a criação de 120 escolas (SILVA, 2001, p. 113).

Na década de 1960, a CNEG seguiu se expandindo e, por conta disso, revendo questões referentes ao seu estatuto. Segundo Silva (2001), entre os anos de 1960 e 1961, a CNEG criou 105 novas escolas, totalizando 39.000 alunos. Nesse momento, conforme Silva (2001), a entidade intensificava seu caráter comunitarista. A mantenedora adotou uma postura anti-individualismo, passando a pregar a mobilização da comunidade local nas questões que envolvessem a escola. Nesse sentido, é importante frisar que a Campanha não tomava a iniciativa de abrir a escola. O levante devia partir da comunidade, e então a entidade auxiliava nas questões burocráticas para a abertura e, posteriormente, dava respaldo às questões administrativas. Sendo assim, para que esse movimento fluísse, era preciso reforçar o lema idealista e comunitário.

4 RELAÇÃO MANTENEDORA E ESCOLA: MUDANÇAS E ROMPIMENTO

Em meados da década de 1980, começaram a ser implantadas em maior número escolas estaduais com o primeiro grau completo, ou seja, acrescentando quinta a oitava séries. A expansão dos níveis de ensino na edu-

⁴ Lei 3.557 de 17 de maio de 1959, assinada pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek. Texto disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7891.htm>. Acesso em: 25 out. 2014.

cação pública não foi boa para a rede cenequista. Segundo o professor Moacir,

como eram escolas em comunidades menores que Morungava até, não tinha clientela para duas escolas, aí então a CNEC fechou as portas. Até porque no caso, muitas vezes a CNEC funcionava em prédios públicos. Então, o Estado mantinha de primeira a quarta e a CNEC mantinha de quinta a oitava (Entrevista, 2013).

Diante dessa conjuntura, iniciou-se a mobilização para a implantação do ensino médio no Colégio Santa Luzia. A iniciativa partiu do então diretor na época, que contou com apoio do corpo docente para dar seguimento ao projeto. Em 1989, a escola implementou o ensino médio, que funcionava nos turnos da manhã e da noite. Pode-se pensar que a implantação do ensino médio tenha sido uma tentativa de manter a escola, em meio às mudanças que estavam acontecendo no cenário educacional.

Ao ingressar na escola em 1990, o professor César Aguiar, que lecionava no Colégio Cenequista Nossa Senhora dos Anjos (GENSA) – escola da qual havia sido aluno – percebeu diferenças entre as escolas. Embora o valor da hora-aula fosse o mesmo, as instalações físicas das escolas e o suporte pedagógico apresentavam diferenças. No caso do Colégio Santa Luzia, tratava-se de instalações mais modestas e simples. No entanto, ele diz não ter percebido em um primeiro momento os problemas enfrentados pela escola: “Quando ingressei aqui, ingressei muito com a mentalidade de professor daquela outra escola, e de início eu não percebia muita diferença, na realidade” (Entrevista César Aguiar, 2014). Por *mentalidade*, entendo que o professor César quer dizer que o modo de ver o Colégio Santa Luzia era permeado pela visão que havia construído acerca do colégio GENSA.

As mudanças ocorridas no cenário político e econômico no início dos anos 1990 afetaram em cheio o modo de administrar a escola. Com a instabilidade da moeda, a escola não conseguia manter um equilíbrio financeiro. Em razão das transformações vividas em nível global e local, as medidas anteriormente tomadas para sanar as questões financeiras não eram mais suficientes. Ou seja, a cultura escolar produzida ao longo dos anos da gestão do professor Moacir entrou em choque com a dos anos 90, que requeria modernização na forma de administrar a escola. Aos poucos, a situação tornou-se visível para o grupo de professores:

Com o decorrer do tempo, a escola começou a enfrentar uma crise maior, ali com a mudança dos planos econômicos, no governo Collor. A gente

teve o Plano Collor e logo em seguida com o substituto do Collor, o Itamar. A crise começou a se agravar, a inflação era muito grande e a escola começou a demonstrar, deixar isso visível para nós, grupo de professores, que a situação era difícil (Entrevista César Aguiar, 2014).

A partir desse momento, a escola passou a viver um momento delicado, pois necessitava de uma reformulação para acompanhar o ritmo das escolas dos arredores e também sanar suas dívidas. Em 1994, o professor Moacir Schreiber deixou a direção da escola, uma decisão que passou pelo setor local.

No ano de 1995, a convite do setor local, assumiu a direção a professora Êrica Eni Frölich, que trabalhava na escola desde o início dos anos 1990 e já havia estado na direção de outra escola. A nova diretoria teve de tomar uma série de medidas para sanar as dívidas e ampliar as instalações da escola. Nesse momento, o Colégio Santa Luzia começa a ter outro perfil, com um grande esforço da diretoria para acompanhar o desenvolvimento que acontecia em diferentes segmentos.

Nesse sentido, Êrica relata que uma das primeiras medidas foi negociar mais bolsas de estudo junto à Coordenadoria Regional de Educação (CRE). Segundo ela, o valor pago pelo Estado contribuiu para dar início à ampliação do prédio da escola. Outra medida tomada foi iniciar a cobrança dos pais devedores, através do cadastramento no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), o que ajudou a receber mensalidades atrasadas. Através de acordo feito com um vizinho, a escola adquiriu uma linha telefônica emprestada. Assim, pode-se dizer que o Colégio Santa Luzia deu início a um momento de *modernização*, pois precisava manter-se financeiramente e também competir com escolas da região:

A gente tinha que começar a competir com a escola do estado, então tu tinhas que ter um diferencial [...]. Porque se o aluno paga, ele quer um diferencial, e o Emília começou a melhorar muito [...]. Então a cenequista tinha que ficar correndo atrás (Entrevista Êrica Eni Frölich, 2013).

A professora Êrica diz que parte do seu esforço vem do apego desenvolvido pela escola, grupo de professores e comunidade ao longo dos anos. Da mesma forma, o discurso humanitário e idealista formado na relação escolas/mantenedora também a entusiasmou a se envolver na causa da escola. Ao longo de sua narrativa, é possível perceber que suas memórias são atravessadas por um misto de sentimentos em relação à escola. Talvez isso se dê pelo fato de ter assumido a escola enquanto esta estava praticamente falida e posteriormente ter deixado o

cargo de diretora de maneira abrupta, como será explicado adiante.

Ao longo de sua gestão, foram construídas a quadra de esportes para as aulas de educação física, duas salas de aula e um laboratório de informática, colocado em funcionamento em 1996:

Achávamos que tínhamos que fazer com que a escola se modernizasse, com que a escola tivesse mais qualidade [...]. Ter um laboratório de ciências, que não havia, então tinha que fazer. A biblioteca tinha que melhorar [...] (Entrevista Êrica Eni Frölich, 2013).

Com essas medidas, aos poucos a situação financeira foi melhorando, pois a escola começou a contar com mais atrativos para concorrer com as demais da região. Alguns eventos, como o aniversário da escola, colaboravam com a arrecadação de fundos e também com a sua divulgação. No entanto, após divergências entre a mantenedora e a direção da escola por questões relativas à gestão financeira, a professora Êrica deixou o cargo em 2002.

A CNEC começava a apresentar mudanças no modo de gerir suas escolas. Em meados da década de 1990, iniciou-se um movimento que, aos poucos, transforma os princípios que guiavam sua administração, o que se intensificou quando o fundador da Campanha, Felipe Tiago Gomes, faleceu, em 1996. Sobre essa mudança, relata Silva em sua tese de doutorado:

No ano de 1995 foi realizado o 33º Congresso Nacional da CNEC, no qual foram analisadas as realizações dos dois anos anteriores e efetivadas mudanças de rumos no sentido da maior eficiência gerencial e da elevação da qualidade dos serviços. [...] esse ano se constitui em um marco na história da Instituição, em razão das mudanças significativas verificadas no discurso veiculado e nas ações adotadas. A Campanha assume-se como uma empresa privada e prepara-se para competir no mercado (SILVA, 2001, p. 12).

Com isso, várias escolas pequenas começaram a ser fechadas pela CNEC. A instituição procurava mudar seu foco, visto que parte de suas escolas perderam alunos para o ensino público. Além disso, os prédios cedidos pelo poder público à CNEC tiveram de ser devolvidos, visto que já não havia mais a necessidade de funcionamento de tais escolas. Assim, ao invés de escolas de ensino fundamental e médio, a CNEC começou a investir no ensino superior.

No ano de 2003, o professor César Valmor Aguiar assumiu a direção da escola. Desde que ingressou no Colégio Santa Luzia, o professor César começou a interessar-se pela situação da escola e a engajar-se nas ações

que buscavam reverter a situação. Assim, com a saída da professora Êrica, a CNEC convidou o professor César para assumir a direção. Nesse contexto, mais uma vez é possível perceber a influência do discurso idealista da CNEC na relação professor/escola:

Eu acredito que, pela minha origem desde estudante, porque eu estudei em uma escola cenequista [...] acredito que a CNEC trabalhou muito, durante muitos anos isto, a idealização pela CNEC, a causa cenequista, como é que as escolas cenequistas foram constituídas, a necessidade de haver pessoas que levassem adiante a causa cenequista. E eu acho que isso foi se impregnando, e mesmo depois de ter feito a faculdade de Letras, eu vim dar aulas numa escola cenequista e continuei com isso, continuei com essa ideia. Eu acredito que isto me fez participar mais da escola e ter um outro olhar para a escola, compreender como ela foi constituída [...] (Entrevista César Valmor Aguiar, 2014).

No decorrer dos anos 2000, a mudança na CNEC era visível e afetava a todas as escolas de sua rede, principalmente as menores, localizadas em lugares mais retirados e com menor número de alunos. Da mesma forma, o público e o contexto em que o Colégio Santa Luzia estava inserido vinham se transformando ao longo da década de 1990. Assim, no início dos anos 2000, o público da escola era formado, essencialmente, por alunos das localidades vizinhas. Segundo o professor César, a presença de alunos da comunidade era baixa, embora algumas pessoas tidas como influentes na comunidade sempre tivessem manifestado interesse pela continuidade da escola.

Ao analisar o perfil dos alunos que constituíam o corpo discente nos início dos anos 2000, é possível perceber que o chamado *choque cultural* de outrora acabara por se consolidar, ou seja, a presença de alunos de outras localidades na escola tornou-se natural, sendo que, nesse momento, os alunos vindos de fora somavam maior número do que os da própria comunidade. No entanto, é errôneo pensar que não mais havia atrito entre esses grupos:

As pessoas vinham de fora por não ter outra opção nas suas localidades. E também o poder aquisitivo das pessoas que vinham de fora era menor que o poder aquisitivo dos morungavenses que optavam por vir estudar aqui [...] o aluno que vinha de fora, ele vinha também com certo preconceito em relação aos que moravam em Morungava [...] eu via certa superioridade porque eles usavam expressões como “eles eram das grotas”, “eram rurais” [...] Então causava uma modificação, uma disputa. O aluno daqui também não dei-

xava por menos, tinha aquele preconceito em relação a quem “vinha da vila” [...] (Entrevista César Valmor Aguiar, 2014).

Em meio a este cenário, com a troca administrativa, a escola iniciou o processo de quitação de suas dívidas e a ter certo equilíbrio financeiro. Apesar disso, ainda não apresentava o retorno almejado pela mantenedora. A partir daí, nas reuniões feitas entre a mantenedora e escolas, a CNEC começou a deixar patente a intenção de encerrar as atividades das escolas menores. Aos poucos, a CNEC começou a cobrar projetos de ampliação das escolas, deixando claro que estas não estavam dando o retorno almejado pela mantenedora. Para a elaboração e execução de tais projetos, não fornecia qualquer tipo de investimento. A partir de uma troca na administração da CNEC, a intenção da mantenedora em extinguir escolas menores foi deixada clara.

Nesse período, o professor César, além da direção da escola, exercia a função de coordenador das escolas da região de Taquara, Novo Hamburgo, Rolante, Igrejinha, Três Cachoeiras e Torres. As escolas, todas cencistas, que compunham essa região chegaram a tentar lançar um pré-candidato à presidência estadual da CNEC. Segundo professor César, após esse episódio houve fechamento em massa das escolas que compunham essa microrregião. Percebendo que a escola seria fechada, parte do corpo docente do Colégio Santa Luzia, tendo à frente o professor César, negociou com a mantenedora uma possibilidade de desligamento gradual para que fosse formada uma cooperativa que se encarregaria de administrar a escola.

Outras escolas que se encontravam na mesma situação também fizeram um movimento para formação de cooperativas. Em 2007, a escola conseguiu o aval da CNEC para seguir com o processo de criação da cooperativa. Isso só se deu depois de uma auditoria em que foram verificadas as pendências da escola em relação à mantenedora. Assim, entre os anos de 2007 e 2008, a escola ficou coexistindo entre a CNEC e a cooperativa:

Eu fiquei como diretor da CNEC, eu era pago pela CNEC, fui o último a ter um vínculo, para fazer o fechamento da escola. Aí, quando fundamos a cooperativa, apresentamos toda a documentação, a CNEC entrou no Conselho Estadual, passando a manança para a CMEC (Cooperativa) [...] Aí, gradativamente foi se eliminando a parte contábil, eu fiquei fazendo paralelamente as duas coisas, duas escolas, duas administrações. Então chegou um momento em que houve autorização do conselho, e eles me demitiram. Aí, ofi-

cialmente ficou extinto o Colégio Cencista Santa Luzia e passou a ser o Colégio Santa Luzia, mantido pela CMEC (Entrevista César Valmor Aguiar, 2014).

Poucas escolas pequenas conseguiram continuar nessa transformação da Rede Cencista. No caso do Colégio Santa Luzia, o empenho de parte do corpo docente – nem todos aceitaram participar da cooperativa – e a colaboração da CNEC possibilitaram a concretização da cooperativa.

Assim formou-se a Cooperativa Morungavense de Educação e Cultura, a CMEC. Sob a nova manança, a escola passou a equilibrar suas finanças. A inadimplência diminuiu, o número de alunos manteve-se (em média 250 entre educação infantil e ensino médio) e, por ser uma cooperativa, é dispensada do pagamento de alguns encargos.

Atualmente a cooperativa entrou em acordo com a CNEC em relação ao uso dos prédios da escola e segue trabalhando para ampliar seu espaço junto à comunidade e aumentar o número de alunos. A localização da escola nem sempre colabora para que ocorra essa expansão, no entanto, a situação da cooperativa é estável. Nesse sentido, destaca-se o fato de que a escola deixou de depender financeiramente dos convênios com o poder público.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**: São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 07-37.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

- ERRANTE, Antoinette. Mas, afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, Pelotas, n. 8, p. 141-174, set. 2000. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30143/pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Editora Passagens, 1992.
- GOMES, Felipe Tiago. **História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade**. Brasília: CNEC, 1980.
- GOMES, Felipe Tiago. **CNEC: a força de um ideal**. Brasília: CNEC Edições, 1986.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre história oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias recompondo tempos e espaços da educação – Bom Jesus/RS (1913-1963)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/2915>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional da Comunidade – CNEC (1985-1998)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=vtls000218847>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Fontes Orais

- SCHREIBER, José Moacir [63 anos]. [Set. 2013]. Entrevistadora Ariane dos Reis Duarte, Gravataí, 13 set. 2013.
- FRÖLICH, Êrica Eni [61 anos]. [Nov. 2013]. Entrevistadora Ariane dos Reis Duarte, Gravataí, 28 nov. 2013.
- NASCIMENTO, Hilda Luzia [57 anos]. [Jan. 2014]. Entrevistadora Ariane dos Reis Duarte, Gravataí, 23 jan. 2014.
- AGUIAR, César Valmor [48 anos]. [Mar. 2014]. Entrevistadora Ariane dos Reis Duarte, Gravataí, 06 mar. 2014.